

“O TOCANTINENSE NÃO É GOIANO”: A IDENTIDADE REGIONAL E A CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

Jean Carlos Rodrigues

Universidade Federal do Tocantins. Campus Universitário de Araguaína. Colegiado de Geografia. Av. Paraguai, s/n. Setor Cimba. CEP: 77824-838. Araguaína – TO.
E-mail: jeancarlos@uft.edu.br

Recebido 7 de junho de 2012, aceito 23 de julho de 2012.

RESUMO: O artigo tem como objetivo discutir a identidade regional tocantinense produzida pelo movimento emancipacionista do norte goiano da década de 1950. Este foi um período caracterizado por uma intensa campanha pró-criação do Estado do Tocantins que repercutiu, inclusive, na imprensa nacional. Nosso interesse é apresentar e discutir as manifestações identitárias tocantinenses veiculadas em reportagens do Jornal “O Estado de São Paulo” a partir de pesquisa no acervo deste veículo de comunicação. O discurso autonomista do norte goiano da década de 1950 fortaleceu-se a partir das diretrizes políticas do Governo Federal destinadas a ocupação do interior do país demonstrada, posteriormente, com a construção de Brasília e a transferência da capital federal para o interior do Estado de Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do Tocantins, identidade regional, divisão regional.

ABSTRACT: This paper aims to discuss Tocantins people’s regional identity produced by Northern Goiás emancipation in the 1950s. This period was characterized by an intensive campaign in favor of the creation of the State of Tocantins, which also reverberated in the national press. Our interest is to present and discuss the Tocantins identity demonstrations published in articles in “O Estado de São Paulo” newspaper, based on a file survey in that communication vehicle. The autonomist discourse of Northern Goiás in the 1950s became stronger after the Federal Government’s political guidelines on the occupation of the country’s hinterland, which was later demonstrated

by the construction of Brasília and the transfer of the federal capital city to the State of Goiás hinterland.

KEY WORDS: State of Tocantins, regional identity, regional division.

INTRODUÇÃO

A frase que intitula este artigo (“o tocantinense não é goiano”) foi publicada no Jornal “O Estado de São Paulo” em 08 (oito) de julho de 1956 como parte integrante de uma reportagem intitulada “Dentro de quatro meses nova reunião em Porto Nacional” em que apresentou os argumentos jurídicos sobre a constituição do Estado do Tocantins e uma descrição da cidade de Porto Nacional. Além disso, a mesma reportagem abordou os *slogans* utilizados pela população local para criar a identidade regional que legitimasse a separação do até então “norte goiano” do Estado de Goiás.

Mas para que serve a legitimação? Para Berger e Luckmann (2007, p. 126-127), a legitimação produz novos significados; ela consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações produzidas no campo da política, por exemplo. As identidades regionais, enquanto instrumentos legitimadores, produzem realidades a partir da exploração da diferença referendada no discurso da exclusão e do pertencimento regional. São nessas diferenças produzidas entre tocantinenses e goianos na década de 1950 que pretendemos desdobrar nossas discussões sobre a identidade regional e sua influência sobre a legitimação do projeto de criação do Estado do Tocantins na década de 1950.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO SEPARATISTA DO TOCANTINS NA DÉCADA DE 1950

Nossos esforços concentram-se, neste artigo, em apresentar a identidade regional produzida pelo movimento emancipacionista do norte do Estado de Goiás da década de 1950. Este foi um período caracterizado por uma intensa campanha pró-criação do Estado do Tocantins que repercutiu, inclusive, na imprensa nacional. Nosso objetivo é apresentar e discutir as manifestações identitárias tocaninenses veiculadas em reportagens do Jornal “O Estado de São Paulo” a partir de pesquisa no acervo deste veículo de comunicação.

Do ponto de vista historiográfico, Cavalcante (2003) identifica na década de 1950 (sobretudo nos anos de 1956 a 1960) um importante momento político do projeto emancipacionista do norte goiano com relação ao Estado de Goiás. Além deste, outros movimentos pró-criação do Estado do Tocantins também foram reconhecidos pela autora: de 1821-1823 e de 1985-1988.

No período de 1956-1960, Cavalcante (2003) menciona que o projeto de expansão do Estado brasileiro em direção ao interior foi uma das razões que fundamentaram a emancipação do norte do Estado de Goiás em relação ao Centro-Sul goiano. Segundo Cavalcante (2003, p. 203-204), isso se tornava possível pelo fato de o momento político nacional da segunda metade da década de 1950 ter sido marcado pelos projetos de expansão e integração do território nacional, inclusive com o projeto de interiorização do Distrito Federal e a capital da República.

Esses projetos configuram como promissores nas falas dos nortenses, que

recriaram o discurso autonomista do norte goiano, fortalecidas pelas diretrizes políticas do Governo Federal, as quais eram voltadas para a ocupação dos espaços vazios interioranos, inclusive no Estado de Goiás. Isso, posteriormente, foi demonstrado com a construção de Brasília (e a transferência da capital federal) no planalto central goiano por iniciativa do governo Juscelino Kubitschek na década de 1960.

Uma reportagem publicada pelo Jornal “O Estado de São Paulo”, em 08 (oito) de setembro de 1957, retrata exatamente este cenário político nacional e seus impactos sobre as ações regionais em prol da criação do Estado do Tocantins. Segundo a reportagem,

arrefeceu completamente a campanha pela criação do Estado do Tocantins, que encontrou repulsa geral em Goiás e no resto do País, inclusive na imprensa. Os habitantes do norte de Goiás agora voltam suas vistas para Brasília, situada em sua região e cuja realidade se torna cada vez mais palpável com as recentes promoções do Governo Federal (O Estado de São Paulo, 08/09/1957, p. 07).

Em reportagem publicada em 06 (seis) de julho de 1956 pelo Jornal “O Estado de São Paulo” intitulada “Movimento de constituição de novo Estado no Brasil Central” retrata os primeiros movimentos políticos ocorridos na época na cidade de Porto Nacional. A matéria destaca a liderança política do movimento feita pelo Juiz Feliciano Machado Braga ao mesmo tempo em que menciona que antes, em 1941 e 1943, João Salgadas Viana apresentara à Câmara Federal projetos para a criação do Estado do Tocantins.

Nesta mesma reportagem, o então Governador do Estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, mostrou-se contrário ao projeto de emancipação do norte goiano alegando insuficiência financeira daquela região para manter-se e estruturar-se enquanto unidade federativa. E desqualificou o movimento emancipacionista alegando que os envolvidos no projeto tratavam-se de “ ‘um grupo de desocupados, tendo à frente o juiz de Porto Nacional, que é do Sul e tem pedido continuamente transferência para Municípios mais próximos da Capital’ ” (O Estado de São Paulo, 06/07/1956, p. 01).

Em reportagem publicada no dia seguinte, em 07 (sete) de julho de 1956, intitulada “Intensifica-se a Propaganda do Movimento de Constituição do Estado do Tocantins”, destaca-se os argumentos favoráveis à criação do Estado do Tocantins enfatizando sua viabilidade econômica em torno do garimpo do cristal de rocha e das explorações do coco babaçu. Contrariando a fala do Governador do Estado de Goiás publicada na edição do dia anterior, a reportagem menciona que “(...) os que pretendem o desmembramento do norte de Goiás em um novo Estado querem demonstrar que a região dispõe de recursos econômicos para manter-se como tal” (O Estado de São Paulo, 07/07/1956, p. 01).

Estas manifestações contraditórias entre o Governo de Goiás e o movimento emancipacionista do norte goiano veiculadas na imprensa demonstram as posições políticas adotadas pelos grupos envolvidos no debate sobre a criação do Estado do Tocantins. Entretanto, esses debates não giraram em torno apenas da viabilidade econômica do projeto separatista: tratou-se também de produzir uma identidade regional tocantinense que pudesse legitimar, do ponto de vista cultural e subjetivo, sua viabilidade a partir da exploração das diferenças e exclusões

entre tocantinenses e goianos.

Era necessário construir nos sujeitos sentimentos e representações de pertencimento regional tocantinense. Isso porque, segundo Woodward (2011, p. 61), “os fatores materiais não podem (...) explicar totalmente o investimento que os sujeitos fazem em posições de identidade”, sobretudo em um contexto polarizado entre a viabilidade e a inviabilidade econômica do projeto separatista. Debater e demonstrar a viabilidade econômica não era suficiente para justificar a criação do Estado do Tocantins: era preciso inventá-lo e justificá-lo subjetivamente, para que as pessoas se sentissem revestidas de uma identidade regional que os diferenciasses dos goianos e legitimasse a emancipação política e administrativa do norte goiano.

A IDENTIDADE REGIONAL E A CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

As diferenças, que formatam as identidades, são produções sociais. Elas possuem motivações políticas, econômicas ou sociais, que se manifestam de forma simbólica e discursiva. As identidades, como formas simbólicas, são meios e recursos da política utilizadas como instrumentos legitimadores das causas separatistas regionais. Elas criam realidades e produzem diferenciações espaciais. As invenções culturais advindas deste processo são típicas de regiões nas quais as referências identitárias não estão ainda muito claras, mas é necessário serem criadas para referendar ações políticas.

Para Araújo e Haesbaert (2007, p. 46), “(...) em lugares com menor especificidade ou densidade ‘histórica’, esses referenciais também [são]

‘inventados’ (...). Algo nesse sentido ocorreu no Estado do Tocantins, quando a literatura regional produziu a “identidade jesuítica” no norte goiano (atual Tocantins) contrapondo-a a “identidade bandeirante” do sul goiano (atual Goiás) explorando os processos históricos de ocupação destas duas partes do Estado de Goiás. Produziu-se uma identidade tocantinense em oposição à goiana estruturada sobre o sentido da diferença, o princípio da exclusão e da noção de pertencimento regional.

Ela foi elaborada por sujeitos sociais detentores do poder e interessados na emancipação da região, que constituía o norte goiano (Rodrigues, 2010). Se, do ponto de vista territorial, o Estado do Tocantins teve data e hora para ser instalado (01/01/1989), o mesmo não ocorreu com sua dimensão cultural, uma herança que permanece ainda hoje dos tempos em que a região sobre a qual foi instalado identificava-se por pertencer ao Estado de Goiás. Eis uma contradição ainda não resolvida.

No debate que envolve ordem e des-ordem regional, a emancipação do Estado do Tocantins foi, por diversas vezes, citado como exemplo de emancipação pela campanha pró-divisão do Estado do Pará em 2011. Nesse sentido, as “invenções regionais”, mesmo as identitárias, fazem parte das relações de poder inerentes ao processo de divisão regional. Ao analisarmos a produção simbólica produzida pela campanha pela emancipação do Estado do Tocantins na década de 1950, reconhecemos o papel político da identidade regional tocantinense a qual sustentou-se, sobretudo, no discurso da diferença entre tocantinenses e goianos. Tomamos alguns exemplos.

Um primeiro exemplo que podemos adotar refere-se à expressão “o

tocantinense não é goiano”, publicada em 08 (oito) de julho de 1956 pelo Jornal “O Estado de São Paulo”. Baseado em Woodward (2011), o reconhecimento daquilo que *é* e significa *ser* tocantinense representa-se pelo princípio da negação, ou seja, pelo aquilo que ele *não é*. Neste caso, o tocantinense *não é* goiano. Essa identificação pelo reconhecimento daquilo que *não é* ou *não lhe representa* permite reconhecer que a identidade tocantinense existe a partir de algo exterior a ela, do negado, mas que é necessário para que ela possa existir. Assim, o ser *tocantinense* é ser um *não goiano*.

Leitura semelhante apresenta Woodward (2011) quando a autora discute a identidade sérvia em relação à identidade croata. Em sua interpretação, após debates, a autora considera que “ser um sérvio é ser um “não croata” (Woodward, 2011, p. 09). Nesse sentido, conforme aponta Woodward (2011, p. 09), “a identidade é, assim, marcada pela diferença [e] a diferença é sustentada pela exclusão”.

E mais: para Hall (2011, p. 109), a identidade é “(...) mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída (...)” entre aqueles que se identificam como iguais, no nosso caso em específico, como *tocantinenses*. Mas há uma diferença nas análises entre as identidades sérvia e croata com relação à tocantinense e goiana: o contexto político e o lugar histórico em que estas falas foram produzidas.

Hall (2011, p. 109) afirma que

é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las

como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Ao inserirmos o debate sobre a identidade tocantinense *versus* a goiana no contexto regional e no lugar histórico em que foram elaboradas (a discussão sobre a emancipação do norte goiano no momento específico da década de 1950) reconhecemos o sentido político da produção da identidade regional tocantinense. Era necessário criar o sentido da emancipação não apenas política-administrativa, mas também identitária e subjetiva, como forma da segunda legitimar a primeira. Não bastava separar Tocantins de Goiás do ponto de vista territorial; também era preciso marcar a fronteira entre tocantinenses e goianos do ponto de vista da identidade regional e do sentido existencial.

A identidade tocantinense, como produto discursivo e simbólico, foi elaborada por agentes políticos interessados na emancipação do norte goiano (*quem fala*) ao vislumbrarem a possibilidade de divisão regional e a criação do Estado do Tocantins (*de que se fala*) com relação ao Estado de Goiás (*de quem se fala*). Foi esse cenário que motivou a produção simbólica da identidade regional tocantinense em detrimento da goiana a partir da exclusão de qualquer possibilidade de um tocantinense ser um goiano. Sem essa clara distinção entre um grupo e outro, o discurso autonomista perderia seu propósito; não haveria sentido em separar os iguais: era necessário estabelecer as diferenças.

Entretanto, consideramos que a identidade regional tocantinense não se estrutura apenas a partir da exclusão do *ser goiano*. Ela também se desenha sobre a noção de *pertencimento regional*. Esse é nosso segundo exemplo.

Construímos esta consideração a partir da expressão “fora com os goianos. O Norte para os nortistas” publicada em 29 (vinte e nove) de junho de 1956 pelo Jornal “O Estado de São Paulo”. Ela foi tida pelo jornal como um incidente provocado pelos favoráveis e contrários ao movimento emancipacionista, quando esta frase foi encontrada pichada nas paredes de uma igreja de Porto Nacional no amanhecer de 28 (vinte e oito) de junho de 1956. Por trás dessa frase de impacto, esconde-se um sentimento de pertencer a algum lugar cujo “o outro”, “o estranho”, invadiu e ocupou.

Acreditamos que o lugar interfere nas concepções e representações de mundo que as pessoas produzem sobre si mesmos e sobre seu pertencimento regional. O lugar, enquanto espaço das diferenciações sociais em vários aspectos, produz um conjunto de valores que influenciam nas concepções dos sujeitos acerca do entendimento e visão de mundo que cada um produz acerca do espaço circundante e ocupado.

Em uma pesquisa anterior (Rodrigues, 2011), questionamos nossos entrevistados se eles *se sentiam tocantinenses*. Obtivemos respostas como: “sim, porque foi onde nasci e continuo morando”; “sim, porque nasci numa área que antigamente era Goiás, mas agora é Tocantins”; “sim, porque eu moro nessa terra”; “sim, porque eu faço parte de uma geração que viu o antigo norte de Goiás ser politicamente transformado em estado do Tocantins, que era o sonho de todos que aqui moravam”; “sinto sim, pois é aqui que eu moro com minha família. É aqui que eu trabalho”.

Nos exemplos de depoimentos apresentados acima, podemos observar duas questões importantes que influenciam na produção da identidade regional. A

primeira delas é que o lugar, como “centro do mundo” desses sujeitos se constitui pelo espaço do “nascer”, do “morar” e do “trabalhar”, ou seja, onde se desenvolve práticas de vivências e de trocas cotidianas nas quais as atitudes de sobrevivência e de convívio entre as pessoas alimentam o sentimento de pertencimento e produzem a referência ao lugar como “ponto fixo” de origem, de residência e de labor.

Para Tuan (1983, p. 44), “as pessoas, em todos os lugares, tendem a considerar sua terra natal como o ‘lugar central’, ou o centro do mundo”. Em outras palavras, as pessoas se reconhecem enquanto tocantinenses pelo fato deste Estado identificar-se como o lugar de suas práticas e vivências, algo que lhe implicam em sentidos. Isso porque, segundo Silva (2011, p. 96), “a identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição”.

Uma segunda questão que podemos levantar com base nos relatos acima se refere à temporalidade presente nas falas desses sujeitos a qual contribui para entendermos suas impressões acerca de se sentir tocantinense. Expressões como morar em uma área que “antigamente” era Goiás, mas que agora se tornou Tocantins ou pertencer a uma “geração” que vivenciou o norte de Goiás se tornar Estado do Tocantins, nos mostra que a temporalidade, enquanto agente produtora das experiências vividas presentes na memória, está integrada junto com a espacialidade na constituição das identidades regionais e dos sentimentos de pertencimento ao lugar.

Para Carlos (2007, p. 22), “(...) o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões de movimento da história em constituição enquanto

movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos”. Entretanto, além de um sentido existencial, o *pertencimento regional*, neste caso como parte integrante da produção da identidade tocantinense da década de 1950, também possui uma conotação política. Ele interage com a compreensão e o entendimento de que os goianos ocupam um espaço que não lhes pertencem. A exclusão goiana, neste sentido, também é espacial e ela torna-se essencial para a concretização (materialização) do projeto de emancipação do norte goiano.

Juízos de valores também contribuem para a construção da identidade regional tocantinense. E este é o terceiro exemplo da identidade regional tocantinense produzida sobre o discurso da diferença entre tocantinenses e goianos. Na reportagem “Dentro de quatro meses nova reunião em Porto Nacional”, publicada pelo Jornal “O Estado de São Paulo” de 08 (oito) de julho de 1956 estampava-se a frase “o bom tocantinense não vai na conversa-fiada do goiano – seja um bom tocantinense”. Essa expressão, de efeito, marcava uma fronteira entre o tocantinense (o sujeito bom) e o goiano (o sujeito de conversa-fiada), desqualificando-o.

Estas distinções marcam a diferença entre o tocantinense e o goiano por meio de representações que produzem os sentidos e os significados da identidade regional. Segundo Woodward (2011, p. 17-18),

a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à

nossa experiência e aquilo que somos.

O discurso identitário que reconhece o tocantinense como o homem “bom” e o goiano como homem “da conversa fiada” pode ser considerado também como mais uma produção simbólica que expressa e reflete o jogo político da emancipação (e conseqüente separação) territorial entre o Tocantins e Goiás. Se considerarmos que as identidades são elaboradas no interior dos jogos de poder, a proclamação desta diferença (e exclusão) entre tocantinenses e goianos é mais um instrumento da política no conjunto de elementos que legitimam o processo de divisão regional.

Entretanto, cabe ressaltar que as identidades não são perenes: elas são produzidas para um momento específico em que reforçar as diferenças e ampliar as exclusões atendem os objetivos propostos para aquele contexto específico e particular. Elas são, nas palavras de Hall (2011, p. 112) “(...) pontos de apego temporário às proposições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. No caso analisado, as práticas discursivas que polarizam os universos significativos e representativos da identidade tocantinense foram elaboradas para o contexto do movimento emancipacionista da década de 1950.

Isso significa dizer que as identidades regionais sofrem modificações no tempo e no espaço, de acordo com as modificações no contexto que as fizeram emergir. Se as identidades regionais são políticas, elas integram as relações de poder estabelecidas pelos agentes produtores destas representações simbólicas. Em nosso caso específico, as identidades regionais que acompanharam o movimento emancipacionista do norte goiano integravam o conjunto de artifícios que desejavam a emancipação da região. Entretanto, isso não significa afirmar que

o discurso identitário da década de 1950 seria o mesmo para a campanha da década de 1980, dada a razão de que o contexto histórico, político, social e cultural entre esses movimentos (1950 e 1980) eram diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção das identidades regionais desempenham um papel importante em um processo de divisão regional. Vimos, no caso do discurso emancipacionista político-administrativo do norte goiano da década de 1950, que os ideais da criação do Estado do Tocantins vieram acompanhados da produção de uma identidade regional tocantinense que deu legitimidade às falas políticas em prol da divisão do Estado de Goiás.

Araújo e Haesbaert (2007), conforme mencionados no início deste artigo, ratificam: em alguns casos, as identidades regionais precisam ser inventadas. Consideramos que, no caso específico do discurso autonomista da década de 1950, essas invenções foram necessárias. Embora mal explicadas, construiu-se diferenças entre tocantinenses e goianos a ponto do primeiro desqualificar o segundo produzindo declarações que se aproximavam a um “xenofobismo regional” agressivo: fora os goianos e deixem o norte aos nortistas.

Arelada a uma política nacional de expansão e ocupação do interior brasileiro, as lideranças políticas que defendiam a emancipação do norte goiano enxergavam nesta postura do Governo Federal uma oportunidade de criar mais uma unidade federativa na porção central do território nacional. Para isso, enfrentaram as resistências do Governo do Estado de Goiás, que era contra tal propósito por considerá-lo inviável do ponto de vista financeiro.

Interessante observar que o repúdio do Governo do Estado de Goiás ao projeto emancipacionista era respondido pelas lideranças regionais do norte goiano com a produção de discursos no âmbito da produção da identidade regional. Estas falas desqualificavam o *ser goiano* a ponto de auferir-lhe referências como o sujeito de *conversa-fiada*. Mas cabe destacar que as identidades regionais possuem um lugar social específico de produção: no caso em análise, elas foram elaboradas pelo movimento emancipacionista do norte goiano na década de 1950 e, como disse Hall (2011), elas não são perenes, tampouco hegemônicas. Suas representações dependem de *quem* fala, sobre *o que* se fala e *de quem* se fala. Portanto, os discursos das identidades regionais são relativizados e para compreendê-los é necessário analisá-los dentro de um contexto que envolve complexas dimensões e múltiplas escalas. Somente assim poderemos compreender o quanto representou, na conjuntura política daquele momento, dizer que “o tocantinense não é goiano!”

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (2007) *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Access, 136p.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (2007) *A construção social da realidade*. 27ª ed. Petrópolis : Editora Vozes, 247p.
- CARLOS, A. F. A. (2007). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 85p.
- CAVALCANTE, M. E. S. R. (2003). *O discurso autonomista do Tocantins*. São Paulo: Editora EDUSP, 240p.
- HALL, S. (2011). Quem precisa da identidade? In SILVA, T. T. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 103-133.

- RODRIGUES, J. C. (2010). *O Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*. São Paulo: Editora Blucher, 154p.
- RODRIGUES, J. C. (2011). Experiência, identidade e a criação do Tocantins. *Revista Formação*, 1 (18): 24-38.
- SILVA, T. T. (2011). A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 73-102.
- TUAN, Y. F. (1983). *Espaço e Lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo: Editora DIFEL, 250p.
- WOODWARD, K (2011). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 07-72.